

Pronunciamento do governador Aécio Neves

Evento: Debate “Uma Nova Perspectiva para o Brasil” promovido pelo Grupo de Líderes Empresariais (LIDE)

Local: São Paulo

Data: 09/11

SEM REVISÃO

Senhoras e senhores,

Meus amigos,

Estou imensamente feliz em encontrá-los aqui hoje.

Recebo este convite como dever do homem público; responsabilidade do cidadão e uma honraria pessoal, pela oportunidade de compartilhar idéias e sonhos com líderes dessa envergadura.

Antes, devo-lhes o reconhecimento público à importância do trabalho generoso que os senhores têm oferecido ao País.

Este espaço tradicionalmente tem sido um campo fértil às reflexões, de onde florescem novas idéias que nos tem ajudado a compreender melhor o mundo e o nosso tempo e acertar o Norte na direção do verdadeiro desenvolvimento.

Por sua competência, seu dinamismo e liderança, cumprimento João Dória.

Sei que todos concordam comigo: ele é um talento incomparável em reunir e mobilizar tantas inteligências e estimulá-las a dar o melhor de si, para a construção de um País mais justo e próspero!

Meu caro amigo João Dória, o meu sincero agradecimento por este convite.

Meus amigos,

Não há como estar em São Paulo sem ser tocado pelo sonho do pleno crescimento, com desenvolvimento.

Mais do que a poderosa locomotiva que alavanca a economia nacional, aqui, como em Minas, o Brasil se encontra - vivo, trabalhador, ousado, pronto para ocupar, cada vez mais, o seu lugar no mundo.

Daqui, podemos olhar adiante e responder, a nós mesmos, que podemos ser o Brasil que queremos e sonhamos.

E nunca estivemos tão perto dele.

Os pilares que sustentam hoje o nosso país, no entanto, não se ergueram, sólidos e promissores, por acaso, ou representam o trabalho de um só governo.

Resultam do exaustivo esforço de diferentes gerações de brasileiros.

E apesar de longo, esse percurso tem os seus marcos.

Nós, do PSDB, nos orgulhamos de ter dado uma importante contribuição a essa construção coletiva, justamente quando o caminho parecia mais íngreme e tantas vezes tortuoso.

Sabem muito bem os senhores que há um país antes e depois do Real.

Primeiro, graças à determinação do Presidente Itamar Franco e, depois, sob a égide da responsável liderança do Presidente Fernando Henrique Cardoso, banimos a inflação e conquistamos a estabilidade econômica.

Modernizamos e abrimos a economia brasileira ao mundo;

Removemos o Estado nacional de áreas estranhas à sua missão central.

Melhoramos e democratizamos a qualidade dos serviços públicos, estabelecendo novos marcos regulatórios.

Reformamos e fortalecemos o sistema financeiro, antes tão combatido e hoje reconhecido como modelo para o mundo.

Renegociamos as dívidas dos estados e municípios.

Implantamos um paradigma novo para a gestão dos governos, com a lei de responsabilidade fiscal.

Lembro o regime de metas e o câmbio flutuante.

Enfrentamos, vencemos e aprendemos com três graves crises internacionais.

Criamos as condições necessárias para que avançássemos para um outro patamar.

No campo da responsabilidade social, nos orgulhamos de ter fundado a mais extensa rede de proteção social no país.

E os primeiros projetos de transferência de renda, como bolsa escola, o bolsa alimentação, o vale gás e os inovadores programas do Comunidade Solidária, de dona Ruth Cardoso, cuja memória nos ilumina ainda hoje.

Fizemos avançar um dos maiores programas de saúde preventiva do mundo, o Saúde da Família. E aí vieram o combate à AIDS e os genéricos, com a conhecida competência do ministro Serra e sua incomparável agenda de avanços na saúde pública.

Programas que, mesmo combatidos politicamente pelos nossos adversários, foram mantidos.

E é justo reconhecer: hoje, avançamos mais em alguns deles.

Os resultados do trabalho de diversos governos e da sociedade brasileira estão por todos os campos.

A produção siderúrgica multiplicou-se, tornamo-nos auto-suficientes em petróleo; construímos grandes usinas hidrelétricas e temos a matriz energética potencialmente mais sustentável do planeta, agora com a conquista de novas alternativas no campo da biomassa.

Espalhamos universidades pelo País e obtivemos resultados notáveis em ciência e tecnologia.

Estamos desenvolvendo no Brasil projetos fascinantes em todos os ramos do conhecimento, sobretudo nos campos da energia, bioquímica e biogenética.

Na produção de alimentos, somos mais competitivos do que jamais fomos, até então.

Cada vez mais, as bandeiras de nossas empresas estão presentes e com papel mais relevante no comércio internacional.

Somos, meus amigos, na inteligência e no sentimento de nacionalidade, um país sem dissensões.

O que nos falta, ainda, é a igualdade de oportunidades, escolas de boa qualidade e um definitivo e emancipatório programa de distribuição de renda.

No entanto, o que juntos fomos capazes de construir até agora, apesar de muito, não nos recomenda tranquilidade.

Essa consciência nos exige ainda mais rigor e foco no projeto nacional que sonhamos, há décadas, tantas e tantas vezes adiado pelas circunstâncias econômicas ou pela conveniência política.

Para realizá-lo devemos ao nosso povo responsabilidade, coragem e ousadia, para fazer o que precisa ser feito.

Precisamos tirar do papel o conjunto de reformas imprescindíveis que já conhecemos.

Aquelas que ficaram pela metade, como a previdenciária e a tributária, e as que sequer foram ainda debatidas em profundidade, como a trabalhista ou a política.

Entendo, no entanto, meus amigos, que há uma outra reforma que deveria preceder todas as demais, porque é ela o esteio fundamental desse País novo que gestamos.

Trata-se da recuperação dos princípios que moveram a República e o Federalismo no Brasil, e que praticamente morreram sob a égide da concentração de poder e da irremediável subordinação dos entes federados. Vivemos a mais grave concentração de impostos, recursos e poder de decisão na esfera da União de nossa história.

Quase 70% de tudo que se arrecada no país ficam sob a guarda direta do governo central.

Como, então – pergunto - ser o país das oportunidades, se elas florescem distantes de Brasília, mas é lá que permanecem os recursos, submetidos à uma única lógica e poder de decisão?

Tenho dito que precisamos de um projeto nacional que liberte das amarras não apenas o Brasil do Sudeste, mas o Brasil do Norte e do Nordeste, do Sul e do Centro-Oeste.

E que nos permita, de forma descentralizada, transformar nossas riquezas em bens sociais, renda, oportunidades, e desenvolvimento.

Para encontramos o pleno desenvolvimento, o justo desenvolvimento, precisamos criar condições para que cada região brasileira transforme suas vocações e competências em progresso, distribuído de forma equânime, democrática e, portanto, socialmente justa e pacífica.

Para dar substância e concretude a esta tarefa, os brasileiros nos exigem mais despreendimento e mais generosidade.

Esse é o único caminho que nos levará a uma tardia, mas necessária nova convergência nacional entre homens e mulheres de bem, para então fazermos o que precisa ser feito.

Podemos e devemos construir novos consensos a partir do que nos aproxima, e não simplesmente descartá-los, sem diálogo, como consequência do embate sobre o que nos distancia.

Em que pesem nossas diferenças – e é natural que elas existam -, podemos e devemos convergir pensando primeiro no país.

Especialmente no desenvolvimento de políticas públicas que são essencialmente políticas de Estado.

Não pertencem aos governos e muito menos aos partidos.

A educação é uma delas. E seguramente é a mais importante.

É nosso desafio central fazer avançar uma educação pública de qualidade, acima de quaisquer circunstâncias.

Vejam que a nossa escolaridade não supera os 7 anos e meio, contra 13 do Chile, por exemplo.

O brilhante educador Cláudio Moura e Castro nos mostra que um cidadão que tem o ensino fundamental ganha o dobro de um analfabeto.

Os que têm o ensino médio completo, recebem um terço a mais que os que têm apenas escolaridade fundamental.

E os que são graduados recebem 3 vezes e meia mais do que os que só têm ensino médio.

Convivemos com a trágica mancha de 14 milhões de analfabetos em nosso território.

Milhares dos nossos alunos chegam à 8ª série sem saber ler fluentemente.

Só três, em cada dez crianças brasileiras que iniciam os estudos, alcançam o ensino médio.

Perdemos 70% delas pelo caminho.

Entendo, senhoras e senhores, que é hora de compartilhar com o País - estados, regiões e municípios, forças produtivas e a população, esses grandiosos desafios e os nossas melhores esperanças.

Precisamos caminhar todos em uma mesma direção, nestas questões que nos são básicas, para que possamos sonhar com um outro patamar.

É com esse olhar sobre o futuro que enxergo um novo cenário possível para todos os brasileiros.

Um cenário no qual, por exemplo, deixe de existir a pretensa incompatibilidade entre a boa gestão, a responsabilidade administrativa e as políticas sociais.

Minas Gerais, meus amigos – permitam-me este retorno à minha terra -, é um cenário vivo e atual do exercício cotidiano desse pressuposto.

Deixamos para trás uma década e meia de graves déficits públicos para garantirmos investimentos estaduais da ordem de 10 bilhões de reais, só esse ano.

Recuperando a credibilidade e a capacidade de articulação do estado, atraímos mais de 200 bilhões de reais em novos investimentos.

Somos hoje o segundo pólo gerador de empregos no país e o segundo exportador.

Nossa infraestrutura está sendo recuperada e modernizada.

A telefonia móvel foi levada a mais de 400 municípios e está hoje presente em 100% das nossas 853 cidades.

A energia alcança o interior urbano e rural.

Fazemos o maior investimento da nossa história em saneamento básico.

Até o ano que vem terminaremos de asfaltar todos os acessos às 224 cidades antes só ligadas por terra.

Recuperamos mais de 10 mil quilômetros de rodovias estaduais.

Reequipamos e fortalecemos a capacidade de atendimento de todos os grandes hospitais públicos regionais.

Temos o maior programa de saúde preventiva do Brasil.

Há 5 anos atrás, fomos o 1º Estado do País a criar o ensino fundamental de 9 anos em toda a rede pública. Implantamos programas absolutamente inovadores para melhorar a qualidade do ensino e a interação entre escola e comunidade.

E é evidente que este conjunto de investimentos tem um forte poder transformador da realidade.

As taxas de mortalidade infantil de Minas Gerais e dos nossos municípios do semi-árido vêm caindo sistematicamente e estão hoje abaixo da média nacional, inclusive nas regiões mais pobres do estado.

A desnutrição no semi-árido decresceu em 50%.

Diminuímos drasticamente os indicadores de criminalidade violenta, que recuaram a patamares registrados há cerca de dez anos atrás.

Voltamos a pontuar entre os primeiros lugares nos índices nacionais que medem o desenvolvimento da educação no país, desde 2005.

Mais de 76% das escolas estaduais em Minas apresentaram resultados superiores à média das escolas estaduais brasileiras, inclusive as dos nossos vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

O índice de leitura dos alunos matriculados no 3º ano das escolas estaduais subiu de 48,7%, em 2006, para 72,5% em 2009.

Fruto dos esforços de parcerias entre as diversas instâncias de governo e a sociedade organizada, Minas reduziu em 42,8% o número de pobres nas áreas urbanas em seus 853 municípios e em 57% a pobreza extrema.

Esses resultados nos ensinam que não há, como os senhores podem ver, contradição entre boa gestão e políticas sociais.

Pelo contrário.

A boa governança é base para políticas sociais realmente transformadoras da realidade.

E esta é a essência do que chamamos, no nosso estado, de 'choque de gestão'.

Ele jamais foi um fim em si mesmo, mas o caminho para que essa densa transformação ocorresse.

Com ele, ousamos desafiar o senso comum de que o Estado é sempre sinônimo de ineficiência, desperdício, corrupção e desrespeito ao cidadão-contribuinte.

Para fazer tudo isso, partimos de uma base simples, mas altamente mobilizadora: gastar menos com o governo, com a máquina pública, para investir mais nas pessoas, na população.

Pactuamos, através de acordos de resultado, metas a serem alcançadas pela administração, área-a-área, que representam as nossas prioridades.

Para melhorar a qualidade do trabalho do Estado, introduzimos o princípio da avaliação de desempenho para o conjunto dos servidores e também para os órgãos públicos.

E premiamos a produtividade individual e coletiva.

Para que os senhores tenham uma dimensão correta desse esforço gigantesco, avaliamos, todos os anos, cerca de 190 mil servidores e nos dois

últimos anos pagamos algo em torno de 500 milhões de reais em prêmios por produtividade.

Um ciclo virtuoso se estabeleceu, em que todos ganham.

E todos avançam.

Nos orgulhamos, os mineiros, do qualificado reconhecimento que o nosso programa vem conquistando.

Convidado pela instituição, apresentei no Encontro do Banco Mundial em Washington a experiência de gestão pública implantada em nosso Estado.

Minas foi única unidade sub-federativa do mundo convidada para apresentar aos especialistas do Banco os resultados do seu modelo de gestão.

Esta semana, a política de compras eletrônicas do nosso Governo será apresentada com destaque na III Conferência Global de Compras Eletrônicas Governamentais, que se realiza em Washington.

É uma Iniciativa do BID, Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento e do Banco Africano de Desenvolvimento.

Oitenta países participam da Conferência. Minas é o único Estado subnacional convidado a apresentar sua experiência.

Portanto, Minas Gerais, que desenvolveu e implantou um sistema tecnológico próprio e atualmente possui um Portal de Compras absolutamente completo, integrado, podendo ser acessado pelos cidadãos para acompanhar qualquer processo de compras por pregão em tempo real, começa a ser reconhecido também fora do nosso estado.

Atualmente, e falo aqui para empresários que entendem bem os objetivos e as consequências disso, 86 por cento das compras do Governo de Minas são feitas por pregão eletrônico e finalizadas em aproximadamente 30 dias.

O Banco Mundial anuncia que a média para a finalização desses processos de compra em outros países é de, pelo menos, seis meses.

Tudo isso é produto de boa gestão e da governança moderna e responsável e, portanto, altamente transformadora dos padrões de governabilidade.

Isso é transparência. É o verdadeiro controle da sociedade sobre o governo.

Eu gostaria de deixar aqui uma palavra sobre outra questão absolutamente central e vital ao nosso futuro, antes de entrar em um tema que, tenho certeza, é o central desse nosso encontro.

Falo antes das mudanças climáticas, do aquecimento global, da recente escassez de água, da perda da biodiversidade e da fome que se alastra em grandes regiões do planeta já não são mais ameaças, mas problemas reais e sem fronteiras, que precisam ser enfrentados com responsabilidade e urgência.

Não poderemos mais, por imperativo de sobrevivência da civilização, tomar decisões sem considerar o paradigma da sustentabilidade, sob pena de naufragarmos, juntos, na fragilidade social e ambiental do mundo que está sendo construído.

Hoje, em Minas Gerais, temos apresentado ao país, a nossa matéria energética como, talvez, a mais limpa do país, onde 98,5% da energia gerada é energia limpa.

E a nossa empresa de energia, a Cemig, aqui representada pelo seu presidente, Djalma Moraes, tem sido reconhecida, pelo décimo ano consecutivo, como líder mundial em sustentabilidade pelo índice Dow Jones e por outras avaliações internacionais.

Meus amigos e minhas amigas,

Não podemos mais ignorar que os indicadores da nossa recente evolução ainda convivem com uma realidade social dramática e inaceitável. Devemos nos acautelar com o discurso ufanista dos últimos tempos.

Entre 124 países pesquisados no mundo, somos o oitavo em desigualdade.

Ela é superior no Brasil que em 90% dos países com economias equivalentes à nossa, o que condena à exclusão uma imensa parcela da população.

É verdade que reconquistamos a democracia, com o sacrifício de inúmeros brasileiros.

Mas também é verdade que ainda não alcançamos uma organização social, administrativa e política que garanta a todos os cidadãos os direitos que uma autêntica democracia deve respeitar.

Hoje, estamos ainda limitados à representação política formal, que muitas vezes reproduz e acentua a distância entre o estado e a sociedade.

Se falta ao Brasil esse sentido de ampla participação, também tem faltado, em todos os níveis do setor público, um parâmetro mais elevado de eficiência, além de um inadiável compartilhamento de responsabilidades.

Por esse motivo, temos insistido tanto na proposta de que a gestão pública de qualidade deve ser o primeiro item na agenda nacional de debates, neste momento da vida nacional.

Vejam os senhores algumas das nossas grandes contradições:

Gastamos com a repetência escolar cerca de 8 bilhões de reais, todos os anos.

O desperdício de energia representa algo em torno de 11 bilhões de reais – recurso suficiente para iluminar, por um ano, uma cidade do tamanho do Rio de Janeiro.

10% de nossa produção agrícola se esvaem entre o campo e a cidade, enquanto ainda há fome em algumas regiões brasileiras.

Estudo da Fundação Getúlio Vargas indica que perdemos, em produtividade, provocada pelas fraudes e corrupção no sistema governamental brasileiro, todos os anos, cerca mais de 3,5 bilhões de dólares.

Enquanto isso, as estradas federais continuam em péssimas condições e metade da população não tem saneamento básico.

Morrem, todos os anos, no Brasil, cerca de 48 mil pessoas vítimas da grave violência urbana.

Também temos que enfrentar as distorções históricas que ainda impedem o crescimento sustentado do país.

Basta ver que, em um ciclo de seis anos de grande prosperidade, ainda assim crescemos quase sempre menos que a média mundial, menos que a América Latina e que economias próximas à nossa.

Passamos, e reconheço isso de público, razoavelmente bem pela crise.

A busca do equilíbrio da balança de pagamentos, a inflação sob controle e o corte das taxas de juros ajudaram a perspectiva de retomada do crescimento, mas isso não é tudo. Essa é a hora, senhoras e senhores, para um ajuste mais profundo.

Não podemos permitir o desordenado crescimento das despesas com o financiamento da máquina pública, como tem ocorrido hoje, quando a prioridade nacional absoluta é investir para mover a roda da economia.

Enquanto essas despesas cresceram de forma alarmante, nos últimos seis anos, nossos investimentos continuam em patamares ainda extremamente modestos, muito aquém da necessidade e da realidade do País.

Se é nosso dever estimular a economia, não podemos inflar expectativas, com lançamento de programas que se sucedem, mas não se realizam em plenitude, não porque lhes falem recursos, mas porque foram moldados sob o signo do imprevisto, da ausência de planejamento e - de novo - do necessário compartilhamento de responsabilidades.

Temos que repensar as políticas públicas nacionais, para torná-las mais efetivas e capazes de contemplar os diferentes segmentos da sociedade, com a imprescindível articulação entre os níveis nacional, estadual e municipal de governo com as forças privadas.

Não serve ao Brasil, mais do mesmo.

Precisamos avançar.

Ninguém questiona que é preciso agir para diminuir o impacto da pobreza.

E falo isso com a propriedade de quem governa um estado que, com alianças entre governos e as forças privadas, conforme já citei, vem conquistando importantes resultados nesse campo.

Devemos, no entanto, aos brasileiros muito mais que isso.

É hora de redefinir as formas de articulação entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social.

Romper com a concepção meramente desenvolvimentista, para reconhecer que o desenvolvimento social não decorre automaticamente do crescimento econômico.

Como endossar essa crença, se temos assistido – ao longo de décadas – o alargamento do fosso que separa o sudeste e o sul de outras regiões brasileiras?

Precisamos garantir, como prioridade máxima, que o crescimento da economia promova ganhos reais e sustentáveis para os brasileiros, mas para todos os brasileiros.

Para fazer isso, não podemos tratar de forma igual o que é diferente.

Tratar de forma igual o que é diferente, é acentuar as diferenças.

Em Minas, mais uma vez, consumamos concretamente esse paradigma.

Poucos resultados me orgulham mais do que constatar que a vida melhorou nas regiões mais pobres porque fizemos nelas mais que o dobro do investimento per capita, em relação ao restante do estado.

É nosso dever formular, poranto, políticas econômicas capazes de criar uma nova realidade social, na medida em que elevem o poder aquisitivo da população e gerem novas oportunidades de trabalho e renda.

Já perdemos muito tempo e muitos recursos, devido a preconceitos e visões superadas dos nossos problemas históricos.

Precisamos, portanto, compartilhar os ganhos decorrentes de uma nova qualidade de gestão no setor público e de um novo modelo de relacionamento com a sociedade.

Faço aqui um parênteses apenas para externar algo que tenho buscado levar a companheiros de todo o Brasil.

Acredito que no futuro não muito longínquo, quando o atual cenário político-econômico do Brasil for analisado sem as paixões eleitorais, sem as influências de uma campanha ou sem as vinculações partidárias. O período que se inicia com o governo Itamar Franco e a concepção do Plano Real, já o presidente Fernando Henrique no Ministério da Fazenda, passando por todo período do presidente Fernando Henrique, com a modernização da economia, com a privatização de setores estratégicos, com a consolidação do arcabouço macro-econômico, com metas de inflação, com o câmbio flutuante, com superávit primário, com a criação e aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal – marco definitivo na gestão pública desse país – e o início dos programas sociais, continuado pelo governo do presidente Lula, que num momento de expansão enorme da economia internacional, avança nos programas sociais.

Esse período, portanto, de cerca de 18 anos, será no futuro compreendido como um só período da vida nacional, porque não houve ruptura.

E digo isso, porque mais importante do que ficarmos aqui discutindo a paternidade desse ou daquele programa ou buscando comparações artificiais, porque os cenários eram distintos entre esse ou aquele governo, o que nos cabe nesse momento, aos homens e mulheres de bem que se preocupam com o país, é pensar no que ficou por fazer. É compreender a melhor forma de fazê-lo e como construir a nova convergência que nos permita, superar gargalos que, infelizmente, mesmo no momento propício desses últimos seis anos, não foram superados para que o Brasil possa, aí sim, crescer numa velocidade muito maior do que a atual.

Eu peço, nesse instante, licença aos senhores, correndo o risco de já está-los cansando, e um pouco mais de paciência ao meu amigo João Dória, para me referir, aí sim, ao momento político que vivemos e, talvez, trazendo pela primeira vez a público algumas considerações muito pessoais.

E gostaria de partilhar com cada um dos senhores essas reflexões.

Por dever de responsabilidade, não podemos, em nossas análises – e mais uma vez chamo a atenção dos senhores para esse momento – separar esta fase pré-eleitoral e do cenário pós-eleitoral, como se fossem estanques, desconsiderando a profunda inter-relação que há entre elas.

Há algum tempo lancei a idéia de que o próximo governo deveria ser um governo pós-Lula.

Alguns não compreenderam.

Com esse conceito pretendia resumir algumas questões que considero absolutamente cruciais.

Primeiro, a minha visão pessoal de que a oposição tem plenas condições de vencer o próximo pleito.

Segundo que, para isso, precisamos vencer várias armadilhas que vêm sendo colocadas no caminho.

Acredito que a gestão mais complexa em um governo não é a administrativa, nem tampouco a econômico-financeira.

É certamente a Gestão Política.

Nas duas primeiras pode-se inclusive partilhar a autoridade, delegar responsabilidades.

Na Gestão Política não. A autoridade do chefe do poder executivo é indelegável.

Essa autoridade, ao meu ver, tem que ser essencialmente democrática, coletiva e incorporadora, de forma a construir a maior base possível de consensos. Só a partir deles é que verdadeiramente conseguiremos avançar.

O atual governo, me permitam a franqueza, não introduziu mudanças em matéria econômica e financeira. Ao contrário, perdeu oportunidades num ciclo expansivo da economia mundial e, como já disse, menos ainda agregou o que quer que seja do ponto de vista administrativo. Nesse caso, registre-se, ocorreu um retrocesso.

Já, do ponto de vista político, ocorreu uma distensão – e eu a reconheço –, na medida que os movimentos sociais e sindicais praticamente se incorporaram ao governo ou foram por ele cooptados.

E esta incorporação gerou faixas de forte interesse corporativo dentro do Estado.

As relações do atual governo com ONGs e associações as mais diversas, através de financiamentos de distintos escopos, capitalizaram muitas entidades e aprofundaram essa dependência.

A reação de todo este conjunto corporativo a uma eventual derrota eleitoral do candidato ou da candidata do governo pode produzir, como efeito

imediatamente, um estressamento das relações com um novo governo de oposição.

O que poderíamos chamar de uma espécie de inconformismo no primeiro momento.

Por isso, a grande tarefa da próxima administração, de forma a garantir os avanços sociais, econômicos, fiscais, financeiros e administrativos que se impõem, será a Gestão Política.

Ela não poderá ser uma gestão vertical e tecnocrática, pois isso intensificaria os conflitos de partida, produzindo um quadro de imobilismo e de radicalização.

A importância da gestão política na próxima administração se manifestará na relação com setores da sociedade organizada, com o poder legislativo e com os estados federados.

Para garantir a estabilidade política e a paz social no futuro, há que se ter paciência, amplitude e capacidade de incorporação, de forma a que se afirme um programa de governo, mas que sua introdução não seja exclusivista e muito menos traumática.

Se hoje o PSDB entende que suas linhas básicas de gestão econômica e social foram mantidas, mesmo sentindo que se poderia ir bem mais longe, da mesma forma a linha plástica que distendeu as relações políticas no atual governo e governo deverá ser aprimorada, mas nunca descontinuada.

Não há porque os sindicatos e suas centrais sindicais, os movimentos sociais, e outras organizações, imaginarem que serão percebidos como partidários e assim excluídos. Não. Não temos o direito de correr este risco.

O papel representativo que lhes corresponde, e os espaços de articulação com o poder, não apenas serão mantidos, como aprofundados de forma institucional, republicana e, agora, transparente.

No vetor central, que é o político, as relações com o legislativo, num país onde nenhum partido alcança maioria dos votos ou das cadeiras, exigem flexibilidade.

É necessário trazer a representação dos parlamentares para um campo de negociação permanente, sabendo dos limites que afirmam o interesse político e público, sobre o pessoal.

Só assim será garantindo o apoio parlamentar suficiente que não inspire nenhuma verticalidade e que impeça o imobilismo e garanta a governabilidade.

Da mesma forma temos o dever de repensar a Federação.

A democracia recomenda pactos federativos apartidários, que não submetam os governantes a programas federais impostos pelo poder financeiro e fiscal.

Programas que atropellem os orçamentos com anúncios em palanques de medidas de rotina, como se fizessem parte de um programa federal e da generosidade de um só dirigente.

É preciso por fim à política de submissão de uma Federação sem coluna vertebral, sempre de pires na mão. Certamente esse processo precisa ser invertido.

A importância do que estou chamando aqui de gestão política será igualmente relevante no processo eleitoral para que possamos resistir à principal armadilha que começa a ser apresentada à sociedade brasileira: a de que a próxima eleição é uma eleição plebiscitária.

Não é.

Pelo menos não mais do que todas são.

Não estaremos, em 2010, dizendo sim ou não ao governo Lula.

Estaremos escolhendo o futuro.

O futuro que, para alguns, virá apesar do presidente Lula.

E para outros, por causa do presidente Lula.

O que importa é discutirmos o que virá depois dele.

A Gestão Política no processo eleitoral, na conjuntura como a que o Brasil atravessa, nos exigirá a capacidade simultânea de agregar forças políticas e sociais, sinalizar com relações não excludentes e evitar qualquer candidatura que imagine representar a verdade única ou o monopólio do conhecimento e da virtude.

A oposição não tem dúvida que não estará enfrentando um candidato e seu partido, mas um partido e candidato que hoje se confundem com o próprio Governo e com o próprio Estado, como se esse fosse hoje um partido.

Na campanha eleitoral, senhoras e senhores, corremos o risco de ver o Estado e o Governo como Partido, com seus dirigentes e comissionados atuando como militantes, construindo um quadro de falsa insegurança, para fragilizar os menos atentos ou alguns ingênuos.

Nossa resposta terá que ser agregadora, que desarme esse jogo: que os servidores profissionais não se deixem impressionar; que os partidos e candidatos que eventualmente apóiam o governo, saibam e tenham garantias que não será nenhuma disputa de vida ou morte, porque o Brasil precisa de todos.

Precisamos desarmar essas armadilhas antes do embate começar, impossibilitando a manipulação do Estado como se a eleição plebiscitária fosse, desfazendo a proposta de confronto.

E trazendo para a base da oposição, parcelas da base do próprio governo, ampliando, desde o início, a base de apoio, política e social, da candidatura de oposição qualquer que seja ela.

É a Gestão Política com essas características, pré e pós- eleitoral, que se impõe, como forma de levar o Brasil a bom porto.

Levar o Brasil a águas tranquilas, onde a tripulação agregue todos os que querem ajudar o país a crescer, como democracia inclusiva.

E avançar com compromissos de muito maior equidade social e federativa, sem hegemonismos externos, respeitando a autodeterminação dos povos.

Senhoras e senhores,

O embate está começando e a oposição tem de invertê-lo já, para que não seja iludida por um processo eleitoral que afirma desde já tais desequilíbrios. O conceito pós-Lula é a nossa resposta, é a minha resposta, à armadilha da eleição plebiscitária.

Saibam os senhores que não avançaremos nos amesquinhando em torno de projetos pessoais.

Só avançaremos quando considerarmos a tarefa de construção do Brasil uma tarefa e uma responsabilidade de todos.

De todos e de cada um de nós, brasileiros.

Por fim, peço licença para trazer de volta aos senhores duas vezes emblemáticas das Minas Gerais.

Nos ensinava o presidente Tancredo:

Pátria é tarefa diária.

Diária, coletiva e compartilhada!

Já Afonso Arinos de Melo Franco, ao localizar Minas neste permanente cenário de construção nacional, pontuava a nossa grande responsabilidade histórica.

Abro aspas para o grande mestre:

"Minas é o centro e o centro não quer dizer imobilidade, porém peso, densidade, nucleação, vigilância atenta, ação refletida, mas fatal e decisiva.

Minas foi, é e será sempre o centro.

As suas terras tocam os climas do norte.

Participa dos climas úmidos e fluorescentes da orla litorânea.

A oeste, da civilização do couro.

Ao sul, confina com a riqueza paulista.

Daí a sua posição histórica, que é um imperativo geográfico, econômico, étnico.

Tende para a direita, quando a ordem periga.

Tende para a esquerda, quando periga a liberdade.
Age por compensação, como as defesas orgânicas. Posição central que alguns estados do Brasil por vezes não compreendem, mas sempre agradecem quando, serenadas as paixões, analisam de boa-fé os resultados."

Meus amigos,

Deveria encerrar aqui as minhas palavras, como governador de Minas.

Gostaria, no entanto, de deixar com cada um de vocês, hoje, algo além delas.

Acredito que nada revela tanto acerca de um homem quanto as suas crenças.

Mais do que os sonhos e os propósitos são as nossas crenças que nos definem de forma mais verdadeira.

Porque os sonhos inspiram o início da nossa caminhada e os nossos propósitos nos aguardam no final dela.

Mas são as nossas crenças, as nossas companheiras de viagem.

São elas que definem os caminhos que escolhemos e que terminam por nos definir.

Pois hoje, 27 anos depois de ter iniciado a minha vida pública;

Depois ter sido parlamentar por 16 anos;

4 vezes líder do meu partido;

Depois de ter sido também presidente da Câmara dos deputados;

E duas vezes governador dos mineiros;

Eu gostaria de dizer aos senhores que eu...

Acredito na política.

Acredito na atividade política como instrumento de transformação da nossa sociedade e acredito que ela possa ser exercida com ética, coragem e respeito.

Por mais que existam dias em que, diante de tantos desatinos, a simples sobrevivência dessa crença me pareça um milagre...

Por mais difíceis que sejam alguns dias...

Por mais absurdos que outros possam ser...

Por mais que, em consequência da exposição da nossa atividade por muitas vezes deixemos de ser vistos como seres humanos e sejamos confundidos com os projetos que representamos...

Ainda assim continuo acreditando na atividade política.

Milton Campos, grande governador mineiro, costumava dizer que em Minas sempre haverá um palmo de chão limpo onde os homens de bem possam se encontrar.

Acredito que deveria ser esse, sempre, o cenário da ação política: homens e mulheres de bem, reunidos sobre o chão limpo do respeito, da coragem e da ética.

É nisso que acredito.

É essa a política que faço.

É essa a causa a que tenho dedicado a minha vida.
Muito obrigado!